



ESCOLA DA MAGISTRATURA  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1) Unidade requisitante

Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES).

### 2) Objeto

Contratação de **Luiz Doniec dos Santos de Souza** para ministrar o treinamento *Atualizações e Implantação do Processo Judicial Eletrônico*, na modalidade EAD, destinado à equipe técnica, de elicitação de requisitos e negócio, bem como de infraestrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), como parte do programa de Cursos de Formação Continuada para Magistrados e Servidores, sob a coordenação da EMES.

### 3) Objetivo

A preparação, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização dos integrantes do Poder Judiciário estadual.

### 4) Justificativa da necessidade da contratação

A Escola da Magistratura está afinada com a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário – Resolução nº 192 de 08 de maio de 2014 e com as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário – Resolução nº 159 de 12 de novembro de 2012, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ, realizando cursos de formação e aperfeiçoamento dos Juízes e servidores.

A questão está presente e consagrada no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, em especial, no item da eficiência introduzido pela Emenda Constitucional de



ESCOLA DA MAGISTRATURA

DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

nº 19/1998. O que não é eficiente na gestão pública deve ser alterado ou superado para dar cumprimento ao dispositivo constitucional.

O Conselho Nacional de Justiça tem entendido que esta excelência só será alcançada com o investimento em cursos e para tanto determinou, no Capítulo V — Diretrizes Orçamentárias e Financeiras da Resolução nº 126, que “Os Tribunais com Escolas Judiciais a si vinculadas incluirão em seus orçamentos rubrica específica para as necessidades específicas de recursos materiais e humanos para cumprir esta resolução”.

Questão controversa é a contratação direta com base nas disposições do art. 25, inc. II, da Lei 8.666/93. Vale transcrever, *ab initio*, o exato comando inserido pelo legislador no citado artigo da lei:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu



## ESCOLA DA MAGISTRATURA

### DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Nas disposições do inc. II, o legislador considerou inelegível a licitação por haver inviabilidade de competição quando a contratação envolver serviço que atenda, simultaneamente, a três condições:

- a) seja um serviço técnico relacionado no art. 13 do texto legal;
- b) seja um serviço de natureza singular;
- c) o serviço seja contratado junto a profissional ou empresa de notória especialização.

O art. 13 da Lei traz 07 (sete) incisos que relacionam os serviços considerados técnicos e no inciso VI consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Os serviços de natureza singular não estão associados à noção de preços, de dimensões ou forma, já que se distinguem dos demais com características individualizadoras no objeto. Dessa forma, é imperioso destacar que a capacitação dos magistrados e servidores denota grau de especificidade ímpar, exigindo do profissional que ministrará a palestra/treinamento conhecimento especial sobre a matéria.

Profissionais de alta qualificação, como os que ministram cursos de pós-graduação ou MBA, não concorrem entre si num mercado próprio. Eles não costumam oferecer propostas, antes são requisitados pelos interessados.



ESCOLA DA MAGISTRATURA

DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A contratação do instrutor para integrar a programação da EMES justifica-se por sua notória especialização e vasto conhecimento na área, que é tão específica, conforme o currículo em anexo.

Quanto à análise da terceira exigência da lei, que prescreve que a contratação seja formalizada junto a profissional ou empresa de notória especialização, o próprio legislador se encarregou de definir no § 1º do art. 25, já transcrito acima, que terá notória especialização o(a) profissional ou empresa que, sendo detentor(a) das características ali indicadas, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Neste sentido é a Decisão nº 439/98 (TC-000.830/98-4-Administrativo) do TCU em que o Ministro Adhemar Paladini Ghisi não deixa qualquer dúvida a respeito do assunto, deliberando por: "considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação previstas no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93".

Recorremos novamente ao Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no citado processo em que foi relator, quando afirma:

A doutrina é pacífica no sentido de que não se licitam coisas comprovadamente desiguais. Lúcia Valle Figueiredo em seu parecer intitulado "Notória Especialização" (Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nº 44, 2º semestre de 1978, p. 25-32) ressalta que "no momento em que se passa a confrontar coisas que não são cotejáveis, a comparação torna-se impossível, não havendo possibilidade de falar em afronta ao princípio da isonomia nesses casos, pois só se pode falar em isonomia na medida em que se comparam coisas cotejáveis. Outro ponto que torna a licitação inviável diz respeito ao fato de que há



ESCOLA DA MAGISTRATURA

DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
que se ter critérios objetivos para realizar uma licitação, aspecto esse, como visto,  
prejudicado na contratação em exame.

A lei é clara e não contém palavras inúteis. Se o administrador deve, na situação do inc. II do art. 25, escolher o mais adequado à satisfação do objeto é porque o legislador admitiu a existência de outros menos adequados, e colocou, sob o poder discricionário do administrador, a escolha do contratado, sob a devida e indispensável motivação.

Além de todas as fundamentações legais acima apresentadas, é importante destacar que o Processo Judicial Eletrônico – PJe é um sistema desenvolvido pelo Colendo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em parceria com diversos tribunais estaduais e federais, com vistas à adoção de uma ferramenta única e gratuita no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o que exige a conversão de esforços para a adoção de soluções desenvolvidas e compartilhadas pelos próprios tribunais brasileiros, atentando-se para requisitos de segurança e de interoperabilidade e racionalização dos gastos com elaboração e aquisição de softwares, o que permite o emprego desses recursos financeiros e humanos em atividades mais dirigidas à finalidade do Judiciário.

Sabe-se que o CNJ instituiu a política pública para a governança e gestão do processo judicial eletrônico, integrando todos os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br, mantendo-se o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça, sendo a referida atualização do sistema pressuposto para o enquadramento do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo ao PDPJ-Br, a teor da Resolução CNJ nº 335/2020 c/c Portaria nº 37/2022, cujo prazo se finda em 30 de junho do corrente exercício.



ESCOLA DA MAGISTRATURA

DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Esclarecemos que este Tribunal almeja avançar em suas expansões de forma a alcançar a totalidade das implantações, uma vez que ainda pendente a implantação das Unidades Criminais e Juizados da Infância e Juventude – Seção Infracional.

Ocorre, porém, muitos são os problemas decorrentes do uso do sistema eletrônico, sejam decorrentes de erros apresentados ou mesmo das restrições técnicas da equipe PJe/ES para seu enfrentamento. Disso decorre a necessidade premente de preparação de todos os técnicos envolvidos, para permitir que a migração do sistema da versão 2.1.5.0 para a versão 2.2.0.0 (ou posterior) se dê sem maiores intercorrências, visto que, hoje, todas as Unidades Cíveis do Estado do Espírito Santo são usuárias do PJe no âmbito do 1º Grau, Tribunal de Justiça (Câmaras Isoladas, Reunidas e Pleno) e Turma Recursal, de forma que qualquer interrupção das atividades pode trazer sérios e irreparáveis danos aos Jurisdicionados.

Outras informações que justificam a contratação para o treinamento em tela podem ser encontradas no ofício nº 30 e na Justificativa, ambos advindos do Comitê de Governança em Tecnologia da Informação, anexo aos autos.

#### **5) Descrição detalhada dos serviços a serem executados**

**Local do treinamento:** Plataforma de Ead indicada pela EMES

**Período:** De 27 de junho a 19 de agosto de 2022 (sendo 3 horas por dia útil)

**Horário:** Das 9h às 12h

**Carga horária:** 120 horas-aula.

**Quantidade de vagas:** 80 vagas

#### **6) Quantidade**



ESCOLA DA MAGISTRATURA

DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

120 horas-aula hora-aula de 60 minutos.

#### **7) Justificativa para a quantidade solicitada**

A definição de hora-aula de 60 minutos é dada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

#### **8) Metodologia de avaliação da qualidade e aceite dos serviços utilizados**

A Escola da Magistratura avaliará a atividade docente ministrada por meio de aferição de reação preenchida pelos participantes do treinamento, porém tal procedimento não será usado como aceite dos serviços executados, ficando este item prejudicado.

#### **9) Forma de execução dos serviços**

Para a execução dos servidos, o profissional utilizará a plataforma de ensino a distância indicada pela EMES, e fará a transmissão do curso online nas datas e horários estabelecidos.

#### **10) Deveres do CONTRATADO e da CONTRATANTE**

##### **São obrigações do CONTRATADO:**

Sem prejuízo dos deveres inerentes à natureza deste serviço e dos derivados de normas legais e regulamentares, o CONTRATADO assume, especialmente, as seguintes obrigações:

10.1. Comprometer-se a iniciar e terminar os serviços na data e horários acordados, constantes da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela EMES;

10.2. Garantir a prestação do serviço durante todo o período de vigência do contrato, enviando a CONTRATANTE com a antecedência necessária o material didático a ser distribuído;



ESCOLA DA MAGISTRATURA

DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.3. Comunicar à CONTRATANTE os recursos instrucionais toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços.

**São obrigações da CONTRATANTE:**

10.4. Proporcionar ao CONTRATADO as facilidades necessárias à boa execução dos serviços contratados;

10.5. Designar um(a) representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, conforme prescrito no art. 67 da Lei nº 8.666/93;

10.6. Expedir, por escrito, todas as determinações e/ou comunicações dirigidas ao CONTRATADO;

10.7. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato, que venham ser solicitados pelo CONTRATADO;

10.8. Efetuar os pagamentos ao CONTRATADO no prazo de 07 (sete) dias úteis, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo preposto da CONTRATANTE.

**11) Garantia do objeto**

Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante deste Termo de Referência.

**12) Da proposta de preço**

A proposta de preço para a empresa será de acordo com a Resolução 01/2017 da ENFAM que, no inciso I do art. 2º, afirma ser “FORMADOR DE AÇÕES PRESENCIAIS: o responsável pela condução do processo de ensino-aprendizagem – ministrando aulas na modalidade presencial –, pelo planejamento, pelo desenvolvimento do conteúdo da respectiva disciplina e pela realização da avaliação de aprendizagem”.





ESCOLA DA MAGISTRATURA

DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Além dessas atribuições, o Formador de cursos presenciais ainda é responsável pelas seguintes atribuições:

- 12.1. Elaborar e entregar, no prazo determinado, os conteúdos dos módulos a serem desenvolvidos no curso;
- 12.2. Disponibilizar e adequar o material didático para o desenvolvimento do curso;
- 12.3. Realizar a revisão de linguagem do material didático;
- 12.4. Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na instituição de ensino;
- 12.5. Desenvolver as atividades docentes da disciplina em oferta mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto acadêmico do curso;
- 12.6. Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos;
- 12.7. Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- 12.8. Auxiliar no desenvolvimento de pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos.

Cabe ressaltar que, mesmo estando o docente e os alunos distantes entre si, a ação do docente, neste caso, não pode ser equiparada a uma simples Tutoria em Educação a Distância (EaD). Diferente de uma ação de EaD tradicional, nesta situação em tela será utilizada uma plataforma de videoconferência e tanto a docência quanto a discência serão exercidas de forma síncrona.

Assim sendo, mesmo o docente estando distante, ele deverá exercer todas as atribuições de um Formador Presencial, a fim de proporcionar um curso de qualidade. Neste contexto, ele deverá planejar as aulas, elaborar os conteúdos, prover recursos didáticos, estimular o envolvimento dos alunos, interagir com todo o grupo (alunos, coordenadores, Diretor, etc.).



ESCOLA DA MAGISTRATURA  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O único diferencial da aula por meio da plataforma de videoconferência proposta pela EMES em relação a uma aula no formato tradicional (presencial, com professor e alunos dividindo um mesmo espaço físico), é que neste caso especificamente, professor e alunos ficam distantes entre si. Mas, como já mencionado, a atuação do professor e as exigências que a ele são feitas são as mesmas que seriam necessárias se a aula fosse no formato tradicional. Há de se ressaltar inclusive que o trabalho cognitivo exigido do professor também é similar ao de uma aula tradicional.

Desta forma, observadas as considerações aqui feitas, a remuneração do docente como Formador de Cursos Presenciais é inteiramente plausível.

Diante de todo o exposto, o pagamento referente à atividade docente especificada neste Termo de Referência será estabelecido de acordo com a Resolução nº 01/2017 da ENFAM, que teve os valores da tabela remuneratória (anexo I) atualizada pela Resolução 05/2020, e que estabelece os seguintes valores, por cada hora-aula ministrada:

- Instrutoria em ações presenciais: **pós -graduação** - Valor: **R\$ 278,00**

Como o terinamento objeto deste projeto básico terá a duração de **120 horas-aula**, e considerando que o instrutor possui o título de pós-graduação, o valor total da contratação será de **R\$ 33.360,00**.

Considerando a quantidade de vagas detalhada anteriormente, o valor unitário da contratação será de **R\$417,00**.



ESCOLA DA MAGISTRATURA  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**13) Descrever o Projeto previsto na LOA**

Projeto: 10.03.901.02.128.0166.2034.

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.28 (PF) – servidores – 2ª instância.

Por fim, declaro que este Projeto Básico está de acordo com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

**14) Considerações gerais**

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos por telefone (27) 3145-3153 / 3154 / 3155 e por e-mail [emes@tjes.jus.br](mailto:emes@tjes.jus.br).

Vitória/ES, 15 de junho de 2022

**Mariana Ronconi Cornbelari**  
Gestora de Contratos - EMES

Aprovo este Termo de Referência.

Vitória, 15 de junho de 2022.

Coordenadora Administrativa da EMES